

IMPORTANCIA DOS TRABALHOS DE CAMPO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – UMA ANÁLISE DO CASO DA UNIOESTE - FRANCISCO BELTRÃO*

Gilnei MACHADO**

Resumo: Este trabalho apresenta um debate acerca da importância dos trabalhos de campo para a formação dos profissionais em Geografia. Para esta análise tomou-se como base a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão – UNIOESTE – FBE, onde se fez a aplicação de entrevistas a professores e alunos do curso. A pesquisa mostrou que é urgente que se dê importância as atividades práticas de campo na política universitária, pois a colocação no mercado de trabalho de um profissional que teve base teórica tenderá a ser relativamente menor do que aquele que teve formação teórica conjuntamente com a formação prática, em virtude de seu melhor embasamento. O desempenho de sua função será melhor realizada se durante sua formação o mesmo aprender a buscar as informações não apenas em livros, mas no campo, na natureza, na sociedade e nele mesmo.

Palavras-chave: Formação profissional; trabalho de campo; graduação em Geografia.

Resumen: Este trabajo presenta un debate acerca de la importancia de los trabajos de campo para la formación de los profesionales en Geografía. Para esta análisis se tornó como base la Universidad Estadual do Oeste de Paraná, campus de Francisco Beltrão – UNIOESTE – FBE, donde se hizo la aplicación de entrevistas a profesores y alumnos del curso. El estudio demostró que es urgente que se ponga más importancia a las actividades prácticas de campo en la política universitaria, pues la colocación en el mercado de trabajo de un profesional que tuvo base teórica tenderá a ser relativamente mas baja, de aquel que tuvo formación teórica conjuntamente con la formación practica, en virtud de su mejor embasamiento. El desempeño de su función será realizado de mejor manera, si durante su formación él mismo aprenda a buscar las informaciones no apenas en libros, si no en el campo, en la naturaleza, en la sociedad y en él mismo.

Palabras-clave: Formación profesional; trabajo de campo; grado en Geografía.

1. Introdução

Todo e qualquer curso de Graduação em Geografia exige que se realizem atividades didático-pedagógicas de cunho prático, quer seja em sala de aula ou fora dela, porém, algumas características particulares de cada curso fazem com que este tipo de trabalho seja exigido em momentos diferenciados de um outro qualquer.

Existem muitas dificuldades para a realização de atividades de campo, mas uma que é extremamente importante de ser discutida é a dificuldade operacional, isto é, a dificuldade de condições para a realização do trabalho, a qual envolve a falta de verbas e transporte para levar alunos e professores até a área a ser estudada.

Estas questões são o objeto de estudo desta pesquisa que tem como “área” de análise ou objeto específico de análise a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

2. O que é o trabalho de campo?

Junker (1971:vii), define “trabalho de campo” como sendo a “observação de pessoas *in situ*” e poderíamos complementar a idéia do autor dizendo que esta observação não se limita apenas às questões de ordem sócio-econômicas, mas também às de ordem ambiental ou natural, como apregoavam os geógrafos franceses e alemães.

* Este texto é fruto da monografia de Especialização em Educação intitulada “Importância dos trabalhos de campo para os cursos de graduação em Geografia” defendida na Universidade Federal de Rio Grande no ano de 2003.

** Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP – Bolsista CNPq – email: gilmachad@yahoo.com.br.

A observação *in situ* diz respeito às atividades práticas realizadas por alunos, professores ou pesquisadores fora de sala de aula no âmbito das ciências sociais, ambientais e em outras áreas.

O trabalho de campo encarado como atividade de cientistas sociais pode evocar inicialmente o etnólogo ou antropólogo em lugares distantes, observando e registrando atitudes, linguagens, artefatos e características físicas de povos exóticos ou primitivos.

O mesmo autor expressa ainda que o trabalho de campo é uma atividade recompensadora porque, por meio dela, se pode expandir as percepções sociais e o conjunto de conhecimentos adquiridos.

A colocação no mercado de trabalho de um profissional que teve base teórica tenderá a ser relativamente menor do que aquele que teve formação teórica conjuntamente com a formação prática, em virtude de seu melhor embasamento. Pois, como afirma Junker (1971, p. 23), “quem possui alguma informação e pede mais, talvez tenha menos probabilidades de ser rejeitado do que aquele que não possui informação alguma”.

Junker (1971) afirma que é duvidoso que alguém possa tornar-se um bom pesquisador social a menos que tenha tido a capacidade de encarar, com espírito de investigação, o mundo social no qual está inserido. Para fazer uma boa observação é necessário que se esteja junto ao objeto pesquisado.

Complementaríamos a idéia do autor dizendo que é duvidoso que uma universidade forme profissionais capazes de resolver problemas de ordem sócio-ambientais se não oferece condições para que os mesmos aprendam na prática, visualizem tais problemas e entendam a relação deles com o complexo conjunto de outros elementos em seu entorno.

Os profissionais da Geografia precisam aprender a obter novos dados em grande variedade de ambientes, para ter condições de propor soluções e alternativas para a sociedade.

Neste momento, aulas teóricas e práticas se complementam, pois os conceitos de que se necessita para a observação de campo devem ser ofertados em sala de aula previamente à realização da atividade prática. De modo a poder penetrar em uma situação na qual, possa obter mais conhecimento e experiência que permitam a elaboração de prognósticos mais confiáveis.

Desta forma, os trabalhos de campo se dividem basicamente em duas partes: a primeira que é a observação em si e a aquisição de informações e a segunda, que é o relato ou a organização das informações coletadas em um relatório.

Os trabalhos de campo podem ter dois objetivos, o de apenas identificar, analisar e descrever algum problema sócio-econômico ou ambiental ou de procurar a solução para ele.

Os primeiros pesquisadores que se utilizaram dos trabalhos de campo, o faziam com a preocupação de apenas observar e relatar a situação analisada, sem se propor a uma interferência posterior. Estes eram conhecidos como “viajantes” ou empiristas (MONTEIRO, 1980 *apud* MORAES, 1996, p. 111).

Na atualidade, porém, o objetivo primordial e mais nobre é o da interferência no meio estudado. Sendo assim, a utilidade das observações de campo não se limita apenas à resolução de problemas de aprendizado, mas também à de problemas reais que envolvam o ambiente e a sociedade.

Antes de qualquer coisa, é preciso delimitar o trajeto a ser seguido, as paradas a serem feitas, o que se verá em cada uma delas e a relação com o conteúdo estudado em sala de aula, além disso, torna-se necessário estabelecer as regras para a entrega do relatório, se for o caso.

Existem muitas dificuldades para a realização de atividades de campo, dentre elas a própria relutância dos observados, mas uma que é extremamente importante de ser discutida é a dificuldade operacional, isto é, a dificuldade de condições para a realização do trabalho, a qual envolve a falta de verbas e transporte para levar alunos e professores até a área a ser estudada.

Estas dificuldades serão o foco principal desta pesquisa que tem como objeto de estudo específico a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão (antiga FACIBEL), mas que se torna importante para toda e qualquer universidade que ofereça cursos de graduação em Geografia.

3. As disciplinas ofertadas no curso de graduação em geografia da UNIOESTE-FBE e a necessidade da realização de trabalhos de campo

Como destacado anteriormente, a realização dos trabalhos de campo é essencial para os cursos de Geografia, tanto para os de Bacharelado como para os de Licenciatura, uma vez que ambos os profissionais têm necessidade dos conhecimentos que podem ser adquiridos por meio destas atividades. Esta necessidade é particularmente sentida no decorrer das disciplinas ministradas. Em algumas, logicamente, mais que em outras.

Durante o curso de licenciatura da UNIOESTE-FBE são oferecidas cerca de 30 disciplinas divididas em duas grandes áreas, as de Formação Geral e as de Formação Diferenciada, as quais por sua vez se subdividem nas subáreas Geografia Física, Geografia Humana, Técnica e Ensino, perfazendo um total de atividades igual a 2.720h/a, aos quais são acrescidas 200 horas de atividades complementares, totalizando, portanto, 2.920h/a que deverão ser cumpridas no prazo de quatro anos. Neste total devem ser computadas também 400h/a de estágio ou prática de ensino em Geografia.

As horas complementares são contadas quando da participação dos acadêmicos em eventos locais, regionais, nacionais ou internacionais, palestras, projetos de extensão e pesquisa e outras atividades que o mesmo venha a realizar e que seja passível de reconhecimento como atividade complementar.

Ao longo do curso de Bacharelado em Geografia também são lecionadas cerca de 30 disciplinas, sendo 17 iguais às ofertadas para a licenciatura, particularmente as que são denominadas de Formação Geral, e 08 que são específicas do curso de bacharelado o que totaliza 2.822h/a.

Assim como para o curso de licenciatura, para o curso de Bacharelado, também é exigido dos alunos a realização de 142h/a¹ em atividades complementares, o que contribui para totalizar 2.964 horas de atividades a serem desenvolvidas ao longo dos quatro anos de curso.

A totalidade das disciplinas de ambos os cursos são anuais e seu conjunto de horas/aula são divididas em aulas teóricas e aulas práticas. O número de horas destinadas às aulas práticas e às aulas teóricas em cada disciplina está estipulado no Projeto Político Pedagógico (PPP) 2003 e depende grandemente da organização pessoal do professor.

As atividades práticas, conforme o PPP de 2003 (p.37), “serão contempladas através da carga horária para atividades práticas, específica de cada disciplina”. No curso de Geografia, as atividades como trabalhos de campo, práticas laboratoriais, visitas técnicas, leituras, relatórios orientados e atividades correlatas são fundamentais para a formação do bacharel e do licenciado, sendo por isso enquadradas como atividades práticas.

No âmbito das licenciaturas, assim como no bacharelado, pode-se considerar atividades práticas os estágios realizados ao longo do curso, quer seja em instituições de ensino ou não.

Devido às características da região onde se encontra instalado o campus, não há grandes possibilidades de realização de estágio por parte dos bacharéis, por isso, lhes é cobrado apenas o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC, TG, Monografia), o que, em contrapartida, não é exigido para o licenciando.

Para além destas questões, levanta-se ainda, como elementos de significativa importância no repensar profissional, a articulação necessária dos cursos de Geografia com a realidade sócio-ambiental brasileira, objetivando a identificação das demandas sociais e ambientais emergentes e do encaminhamento de ações pedagógicas nesse sentido.

Estas colocações nos remetem ao objetivo primeiro deste trabalho, à discussão da necessidade de trabalhos de campo para a qualificação profissional. Por ela passa, a discussão da formação do bacharel X prática social, a formação do licenciado X prática social e educacional, havendo portanto, a necessidade de uma profunda discussão sobre Geografia e formação profissional.

Em palestra proferida pela Profa. Dra. Dirce Suertergaray no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado no ano de 1994, em Curitiba, a mesma diz que:

“é importante pensar uma efetiva articulação dos cursos de Geografia com a realidade social brasileira, objetivando-se o reconhecimento das necessidades sociais mais emergentes e do encaminhamento de ações curriculares neste sentido” (p. 144).

¹ Conforme Resolução nº 025/2003 CEPE/UNIOESTE, de 20 de março de 2003, serão desenvolvidas pelos acadêmicos do curso de Bacharelado em Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, 142 horas em atividades complementares.

Isto significa dizer que, as universidades e seus professores, comprometidos com uma educação para a cidadania, devem orientar a formação do bacharel para uma prática centrada na busca da solução de problemas sócio-ambientais vividos pela grande maioria da população brasileira.

Necessário também se torna orientar a formação do professor para sua prática, expressa na especialidade do **ser professor**. Neste sentido, como afirma Suertergaray (1994, p. 145):

não basta ter no currículo algumas disciplinas instrumentais e teóricas para os bacharéis, não basta ter no currículo algumas disciplinas pedagógicas para os licenciados. Faz-se necessário repensar a Pedagogia no III Grau. Faz-se necessário a ultrapassagem do ensino discursivo para a **perspectiva da construção do conhecimento**.

A palavra pela qual a universidade tem que se guiar é **produção e não reprodução do conhecimento**, mas para que isso seja possível, são necessárias algumas ferramentas essenciais às quais devem estar à disposição de alunos e professores.

Destaca-se neste momento a importância de se buscar conhecer a realidade em que se está inserido, de forma mais completa e em diferentes escalas. Conhecimento este, que segundo Suertergaray (1994), foi perdido devido à fragmentação temática (licenciatura e bacharelado) e aos estudos locais.

A autora supracitada destaca que “Geógrafo é todo o profissional que trabalha com a ciência geográfica independente de ser professor ou bacharel” e por isso (licenciados e bacharéis) não devem ter formação diferenciada, porque a “Geografia como área do conhecimento, exige a mesma profundidade teórica, metodológica, instrumental e de conhecimento específico tanto de um como de outro”.

Este fato é bem conhecido dos professores do Curso de Graduação em Geografia da UNIOESTE-FBE que, devido às solicitações da Reitoria em 2003 dividiram o curso nas duas habilitações (matutino-Bacharelado, noturno-Licenciatura), mas que logo em seguida voltaram a lutar pela reunificação dos mesmos.

Embasando o modo de agir e pensar dos professores do colegiado de Geografia da UNIOESTE-FBE cita-se as palavras de Couto *et al.* (2000, p. 79) que diz que:

quem trabalha com a Geografia deve ter um olhar [...] apurado, [...] metódico e com rigor para dar conta das análises do espaço” [...] “tanto o bacharel quanto o, licenciado deveriam ter a mesma formação básica, no sentido de conhecer o que seja epistemologia da ciência, de ter os referenciais teóricos fundamentais que permitem decodificar a análise dos espaços concretos e fazer as escolhas metodológicas capazes de dar conta de interpretar a realidade da sociedade em que vivemos a partir da análise espacial.

As especializações (licenciatura e bacharelado) se complementam, pois enquanto um profissional faz o levantamento das informações e dados, o “outro” (que deve ser o mesmo) traduz estas informações para tornar mais acessível ao público leigo.

A Geografia tem por compromisso formar o homem inteiro, em sua dimensão humana e social, aberto ao imprevisto, aberto ao novo com força e poder para resistir e intervir na realidade da qual é participante. Visão e interpretação de mundo todos têm, mas o geógrafo deve ter uma visão mais abrangente, mais aprofundada, além do senso comum, uma interpretação que permita compreender os mecanismos que constroem os espaços.

A tarefa da Geografia, como diz Couto *et al.* (2000), na análise da sociedade, é exatamente debruçar-se sobre a realidade com o olhar espacial. É no local ou no espaço ou na natureza que as idéias, as políticas se concretizam e por isso os estudos geográficos devem começar por aí, pela natureza vivida e construída.

Nestes tempos, que muito se fala em um mundo globalizado, impossível imaginarmos a formação de um professor ou um bacharel pelo simples discurso de sala de aula. Os profissionais têm de **aprender a aprender**, isto é, tem de aprender a buscar as informações e como refiná-las e como comprovado cientificamente, o aprendizado é consideravelmente maior quando se visualiza, se toca o objeto a ser aprendido.

Um bom professor de Geografia precisa dos conhecimentos da sua área, do mesmo modo como o geógrafo que fará os trabalhos técnicos. O domínio técnico de como fazer a análise geográfica e os pressupostos pedagógicos são dois pontos que intrinsecamente devem fazer parte da formação do professor de Geografia.

Os profissionais desta área devem desenvolver a habilidade de observar, descrever, analisar e representar paisagens. Couto *et al* (2000, p. 90) diz que “se para dar conta do trabalho, com base na pesquisa, os alunos conseguem fazer a investigação e organizar as informações e com isto aprendem, é por aí que se deve organizar os cursos de graduação”.

O avanço, a melhoria na organização curricular e por conseqüência na qualidade dos cursos de graduação em Geografia é estabelecer pontos de partida para o estudo, interligando teoria e prática, pois proceder de outra maneira é negar aos profissionais a serem formados a chance de assumirem o papel de intelectuais transformadores (GIROUX, 1997. p. 163).

Procurando fazer uma análise mais detalhada acerca da organização curricular e a ligação desta com a conexão entre teoria e prática, serão discutidas nos itens que seguem as características referentes a cada uma das disciplinas das áreas² física, humana e técnica na tentativa de mostrar e sensibilizar para a necessidade de complementação dos estudos teóricos realizados em sala de aula com os práticos realizados por meio dos trabalhos de campo.

3.1 A necessidade de trabalhos de campo na área humana

Quando se fala em atividades práticas de laboratório e em atividades de campo poder-se-ia imaginar que as disciplinas ligadas à área humana da Geografia não necessitam destas, que as mesmas são mais de cunho teórico do que prático, mas engano de quem assim imagina ser, pois estas também devem ser incluídas em tal área.

A disciplina de **Geografia da População**³ aborda de forma teórica a população e destaca a importância da demografia nos estudos geográficos, mas analisa também os fatores que influenciam na distribuição e constituição da população, como os relacionados às migrações.

Esta disciplina tem grande relação com a atuação do geógrafo, especialmente os ligados ao IBGE, sendo imprescindível que o profissional a ser formado para atuar nesta área tenha conhecimento e capacidade de atuar *in loco* e não apenas tenha a capacidade de interpretar dados coletados por outros profissionais.

A aplicação de questionários, processos de realocamento de conjuntos de populações, interpretação das atividades econômicas, sociais e culturais ligadas a estas populações, bem como das questões ambientais são papéis também do geógrafo e esta capacidade técnica e de atuação somente será adquirida se, ao longo da formação universitária sejam dadas oportunidades para que o acadêmico ponha em prática seus conhecimentos. A aquisição desta capacidade técnica será facilitada por meio de atividades de campo.

No que se refere à disciplina Geografia Regional, a mesma tem por objetivo, analisar as diferentes abordagens ou conceitos de região utilizados na Geografia contemporânea. Visa também o estudo da regionalização como classificação de áreas e como produção de espaços geográficos.

A Geografia Regional analisa o espaço geográfico, tendo em vista os diversos conceitos, processos e conflitos existentes na formação e organização deste espaço, adentrando no conceito de território e de região e suas implicações no desenvolvimento capitalista brasileiro.

No caso da disciplina Geografia Regional, torna-se quase desnecessário falar na importância dos trabalhos de campo, uma vez que para entender os processos regionais e a distribuição e organização de aspectos econômicos e sociais neste espaço, importante se torna visualizá-los, contemplá-los, analisá-los e a partir deles entender os conceitos e temas estudados em sala de aula.

A disciplina Geografia Regional conjuga-se com uma outra disciplina chamada Regionalização do Espaço Mundial que trata da configuração do espaço mundial contemporâneo, da mundialização, da globalização, da divisão internacional do trabalho (DIT) e dos blocos econômicos, assim como na anterior, os trabalhos práticos de campo são importantes para esta disciplina, especialmente quando se leva em consideração a localização do Campus da UNIOESTE-FBE nas proximidades das fronteiras com

² A divisão da ciência geográfica em três ou quatro áreas distintas também é questionável e não apoiada neste trabalho, mas no momento necessário.

³ A escolha da primeira disciplina a ser apresentada foi aleatória.

a Argentina e Paraguai, sendo por isso, possível a realização de atividades práticas de estudos nestes países ou mesmo nas cidades brasileiras próximas da referida fronteira.

Com respeito à disciplina Planejamento Urbano, esta deveria habilitar os acadêmicos a atuarem nos diversos processos de planejamento, na realização e confecção de planos diretores e no zoneamento do território urbano municipal, mas estas habilidades não são adquiridas apenas com a discussão teórica, necessário se torna que, a partir da observação da área urbana, o geógrafo tenha capacidade de “receitar” possíveis soluções para as diversas questões que em geral surgem nestes ambientes.

A visão sistêmica ou geossistêmica do geógrafo, juntamente com suas habilidades de interpretar e mapear características naturais, sociais e econômicas facilitará sua atuação neste ramo da ciência geográfica, de forma que, as atividades práticas de campo ao longo do processo de formação universitária e durante sua atuação na área urbana, são imprescindíveis.

As atividades práticas da disciplina planejamento urbano ficarão um tanto quanto mais interessantes e ocorrerão com mais propriedades se os acadêmicos participantes tiverem adquirido anteriormente, em sala de aula, os conhecimentos relacionados às questões urbanas, especificamente aos problemas urbanos, à dinâmica interna das cidades e às condições históricas que levaram à origem e formação da cidade.

Quando nos reportamos à realização de atividades de campo na disciplina Regionalização do Espaço Mundial em áreas dos países vizinhos, corremos o risco de parecer-se desligados da realidade de sucateamento em que se encontram as universidades atualmente, porém, preferimos correr o risco e destacamos esta mesma necessidade quando nos reportarmos à disciplina Geografia do Brasil.

Na disciplina Geografia do Brasil, as atividades práticas são passíveis de serem realizadas, devido à “proximidade” ao objeto pesquisado. A UNIOESTE-FBE, pela sua localização, teria facilidade de enviar seus professores e acadêmicos para realizarem estudos por toda a região sul do país e é claro, também nas regiões sudeste e centro-oeste. Experimentos como estes podiam, há alguns anos, serem vistos serem realizados em campus de universidades como a FCT/UNESP.

A disciplina Geografia Agrária tem por objetivo estudar o campo sob o modo de produção capitalista, tendo em vista as condições técnicas produtivas da atividade agropecuária/agroindustrial ligadas à modernização, industrialização e acumulação de capital na agricultura.

A Geografia Agrária visa ainda analisar as relações de trabalho no campo, as dinâmicas regionais da agropecuária e a estrutura fundiária.

Pouco se ganhará discutindo os problemas do MST⁴ (ou de outro movimento social no campo ou cidade) sem visualizá-los, pouco se ganhará falando em maquinário de última geração para o plantio e colheita, sem vê-los, pouco se ganhará falar de problemas sociais da cidade ligados ao êxodo rural sem realmente identificar a situação precária das favelas urbanas, desta forma, a realização de trabalhos de campo nas áreas urbanas e rurais se justificariam apenas por estes apontamentos.

A disciplina de Geografia Econômica apresenta em sua ementa conteúdos relacionados aos modos de produção da economia capitalista e o papel do Estado no processo de industrialização bem como na produção do espaço geográfico. Esta disciplina somente será completa se trabalhar a parte **conteudística** conjuntamente com a parte prática, isto é, no momento em que proporcionar aos acadêmicos, dentro de uma indústria, no centro da cidade ou na zona rural, a visualização do conteúdo trabalhado em sala de aula.

No que concerne à disciplina Sociologia Aplicada à Geografia sua ementa abarca questões que vão desde o surgimento da Sociologia e sua constituição histórica, os conceitos e categorias do pensamento sociológico à análise do Estado e sua atuação e a subdivisão da sociedade em classes sociais. A realização de atividades práticas de campo seria importante para a visualização dos conteúdos trabalhados em sala, especialmente os que se referem aos comportamentos sociais e à atuação do Estado.

Com a análise das disciplinas acima, certamente não se esgota a discussão da importância das práticas de campo na área humana da Geografia, mas se mostra quão imprescindível se torna a implementação de uma política que proporcione a realização de tais atividades para o maior

⁴ O MST foi citado apenas para se ter um exemplo das generalizações que se fazem sem se conhecer a real situação do movimento social ou de outra questão qualquer, é como dizer: “Na favela só mora ladrão” sem conhecer seus moradores. Generalizações não são bem vistas pela ciência.

aproveitamento do conteúdo teórico das mesmas, proporcionando melhor formação de profissionais qualificando assim a sua atuação no meio social.

3.2 A necessidade de trabalhos de campo nas áreas física e técnica

Neste item serão analisadas as disciplinas das áreas Física e Técnica da Geografia da UNIOESTE-FBE, destacando-se parte da ementa de algumas delas e a as relações necessárias entre o conhecimento teórico e o prático dentro de cada uma.

A Pedologia⁵ como disciplina acadêmica do curso de Geografia visa estudar a morfologia, os fatores de formação e processos de desenvolvimento dos solos, bem como sua organização e distribuição em relação à paisagem. A disciplina visa ainda fornecer as bases indispensáveis à observação de campo como também para os trabalhos de laboratório tendo em vista a análise e a interpretação de dados pedológicos.

No caso da Pedologia os trabalhos de campo se tornam essenciais para que o acadêmico possa aprender na prática como fazer a delimitação e descrição de um perfil de solo, bem como identificar e mapear os diversos tipos de solos existentes, tendo por base a paisagem onde os mesmos estão localizados ou as feições morfológicas às quais os mesmos estão relacionados.

Complementando os trabalhos de levantamento pedológico surge a Topografia cujos interesses, por vezes, se encontram nas divisões de terras e levantamentos altimétricos e planimétricos em geral. Suas atividades são essencialmente práticas dispensando quaisquer comentários sobre a necessidade de trabalhos fora de sala de aula.

A Geomorfologia é uma disciplina na qual os trabalhos de campo não podem estar ausentes, pois é nela que serão estudados os sistemas morfogenéticos, morfoestruturais e morfodinâmicos, responsáveis pela estruturação, esculturação e pela dinâmica do modelado (relevo) terrestre.

O embasamento que dá sustentação as formas de relevo estudadas pela Geomorfologia é foco de discussão no âmbito da Geologia. Que se preocupa com a análise dos processos geradores de minerais e rochas tanto em nível interno da crosta terrestre como os que se desenvolvem na superfície.

A Geologia enfatiza a evolução dos fenômenos geológicos ao longo do tempo e o condicionamento da paisagem natural atual aos eventos geológicos do passado, de forma que sua relação com disciplinas como Pedologia, Geomorfologia, Biogeografia e Hidrologia ou Geografia das Águas é estreita.

No que tange aos estudos geológicos é também desnecessário salientar qualquer importância dos Trabalhos de campo e das atividades práticas de laboratórios, pois estas são imprescindíveis. A abstração de sala de aula desfaz-se com o trabalho prático.

A Geografia das Águas Continentais e Oceânicas analisa a caracterização e dinâmica do ciclo hidrológico no sistema Terra, a oferta, uso e constituição da crise dos recursos hídricos, os princípios orientadores do gerenciamento dos recursos hídricos. Além de questões ligadas à análise morfométrica de bacias hidrográficas e ao uso da área destas bacias.

O geógrafo que trabalhar com o gerenciamento de bacias hidrográficas ou com a outorga, mapeamento de usuários de recursos hídricos deverá vez por outra recorrer aos trabalhos de campo e a universidade tem a obrigação de proporcionar a ele o aprendizado necessário para a realização destas atividades, por isso, as atividades de campo em Geografia das Águas são essenciais.

Na Biogeografia são estudados os fatores que coordenam a distribuição da vida na superfície terrestre e como os homens intervêm nesta distribuição. É nesta parte da ciência geográfica que se dará início à discussão acerca dos ecossistemas, geossistemas e biomas terrestres, mais particularmente os biomas brasileiros. Também é na Biogeografia que se mostrará a importância da conservação da biodiversidade.

A identificação de espécies animais e vegetais até pode ser feita em laboratório, mas será uma análise um tanto quanto limitada, especialmente quando se tratar do comportamento das mesmas, além disso, os ambientes construídos (laboratórios) nunca são iguais aos naturais, sendo por isso necessário

⁵ A escolha da primeira disciplina a ser apresentada foi aleatória.

dispensar tempo para as atividades fora da sala de aula, no *habitat* do vegetal ou do animal, no ecossistema analisado.

A Climatologia enfatiza a dinâmica da atmosfera e a diversidade climática e sua influência no espaço geográfico, além das aplicações da climatologia para o entendimento da organização espacial. Que esta tivesse como atividade única a identificação de tipos de nuvens, já se tornaria necessário a realização de atividades de campo, quanto mais se nos referirmos à outras análises realizadas na climatologia, como é o caso dos estudos de clima urbano, muito difundidos atualmente.

A disciplina Planejamento Ambiental estuda a problemática ambiental, o planejamento, monitoramento e gestão ambiental, bem como a política e legislação ambiental brasileira visando a aplicação das mesmas por meio da elaboração de um estudo de planejamento fundamentado em uma problemática ambiental.

As palavras planejar e aplicar remetem-nos imediatamente às visitas a campo e aos levantamentos necessários para tais atividades.

Como comentado no caso das disciplinas ligadas à área humana da Geografia, estas considerações com base nas disciplinas das áreas física e técnica também não fecham o debate sobre a importância dos trabalhos de campo, mas reforçam a necessidade dos mesmos em um curso que tem por finalidade formar profissionais habilitados para intervir em questões tanto de cunho social quanto ambiental.

3.3 A importância dos trabalhos de campo para a pesquisa e extensão

A partir de 1995, os professores do Colegiado de Geografia, com incentivo da instituição, passaram a investir na sua qualificação. Desta maneira, o quadro passou a reestruturar-se e para a contratação de novos professores passou a ser necessário um teste seletivo que exigia a qualificação dos mesmos, isto tudo visava a melhoria da qualidade do ensino.

Atualmente o quadro de professores do curso de Geografia, embora insuficiente, encontra-se bem estruturado quanto à qualificação⁶ docente: 5 (cinco) doutores, 4 (doutorandos) mestres, 9 (nove) mestres e 2 (dois) graduados (professores contratados).

Os professores do colegiado, além de atividades relacionadas ao ensino, orientações de monografias e estágios, realizam também atividades de pesquisa e extensão que contam, na maioria das vezes, com a participação de acadêmicos do curso.

Estas atividades não são apenas realizadas em laboratório, até porque não se dispõe dos mesmos, nem mesmo de salas de permanência ou de grupos de pesquisa, sendo assim, elas são realizadas no local de interesse, com o público alvo, o que torna imprescindível o deslocamento constante até as áreas pesquisadas.

Na parte que segue analisar-se-á a importância das atividades práticas de campo para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão tão exigidas na universidade.

3.3.1 A pesquisa na UNIOESTE-FBE e os trabalhos de campo

Os professores do Colegiado do Curso de Geografia da UNIOESTE-FBE enfrentam as dificuldades materiais do campus e desenvolvem, dentro de suas possibilidades, seus projetos de pesquisa, os quais devem ser cadastrados junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG).

De acordo com informações da direção do Centro de Ciências Humanas da UNIOESTE-FBE, até o dia 09 de junho de 2004, eram 19 os projetos de pesquisa cadastrados na PRPPG.

Uma análise mais acurada dos projetos de pesquisa em andamento permite perceber que alguns dos projetos de pesquisa ali listados, por serem de cunho bibliográfico analítico ou de cunho mais geral, talvez não necessitem da realização de trabalhos de campo ou mesmo, por sua temática, impossibilitem a realização destes, porém a grande maioria dos projetos exige que tais atividades práticas de campo sejam realizadas para melhor obtenção de resultados.

⁶ Estes dados são de julho de 2004, estando alterado para mais o número de doutores e doutorandos. Os graduados citados eram seletistas.

A questão é simples. Como analisar um determinado ambiente, a qualidade da água de um rio, por exemplo, sem se proceder a coleta de amostras no mesmo? De forma que, a universidade, ao cobrar que os professores desenvolvam tais atividades, deve também dar a possibilidade delas serem realizadas, quer seja pela disponibilidade financeira ou por meio de um veículo para a realização destas.

O fomento de instituições como o CNPq aos projetos de pesquisa dos professores do colegiado é extremamente difícil de ser conseguido devido aos elevados critérios para esta concessão.

As mesmas dificuldades encontradas para a realização de projetos de pesquisa são também sentidas para a efetivação dos projetos de extensão como se verá no item que segue.

3.3.2 A extensão na UNIOESTE-FBE e os trabalhos de campo

Na UNIOESTE-FBE, os projetos de pesquisa sempre foram os preferidos pelos professores. Isto é perceptível na análise do número de projetos.

No Colegiado de Geografia são apenas 5 os professores que participam da extensão. Isso acontece principalmente pela “incomodação” que é desenvolver um projeto desta monta e pela falta do reconhecimento institucional a este tipo de projeto. Não se está aqui dizendo que não são importantes os projetos de extensão ou que os professores pensem assim, ao contrário destaca-se a grande validade dos mesmos e de sua participação no tripé base da universidade ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO.

Em alguns projetos de extensão são necessárias aferições constantes em campo e os contatos com os agentes sociais transformadores do espaço em questão, isto torna necessária a locomoção até a área analisada.

Ainda quando se trata de ensino, poder-se-ia utilizar as áreas dos projetos de pesquisa e extensão para melhor explicação do conteúdo trabalhado em sala de aula aos alunos, mas aí se retoma as dificuldades operacionais, isto é, a falta de veículo ou verba própria para tal atividade.

4. A falta de apoio regimental e financeiro para a realização dos trabalhos de campo

Para este trabalho foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos referentes aos anos de 1999 e 2003, sendo dois deste último ano, englobando os cursos separados de licenciatura e bacharelado, e em todos estes planos não foi encontrada qualquer referência mais aprofundada sobre os trabalhos de campo.

Nos Projetos Político Pedagógico de 2003, quando estes se referem às atividades práticas, que tanto os alunos da licenciatura quanto do bacharelado deverão realizar, tais PPPs dizem:

as atividades práticas serão contempladas através da carga horária para atividades práticas, específica de cada disciplina. No curso de Geografia, as atividades como Trabalhos de Campo, Práticas Laboratoriais, Visitas Técnicas, Leituras, Relatórios Orientados e atividades correlatas são fundamentais para a formação [...].

Nos PPPs não está claro como serão realizadas as atividades práticas, particularmente os trabalhos de campo, talvez por se imaginar que todos saibam como os mesmos se processarão, contudo tornar-se-ia necessária uma explanação melhor acerca destas atividades, especialmente como a universidade tornará possível a realização das mesmas.

Além dos PPPs, não há qualquer resolução, que regule ou apóie a realização de atividades de campo, não havendo por isso apoio regimental para as mesmas. Queremos com isso dizer que se torna de extrema necessidade a regulamentação por parte da universidade.

Quando da aplicação de um questionário aos professores do colegiado de Geografia da UNIOESTE-FBE, fez-se a eles a seguinte pergunta: quais as dificuldades que você encontra para realizar trabalhos de campo com seus alunos? Eles responderam anonimamente da seguinte maneira:

- “A principal dificuldade é a falta de recursos financeiros (incluindo aí o transporte)” (Professor 1).
- “As dificuldades se reportam às condições dispensadas (ou não dispensadas) pela universidade: falta de recursos principalmente” (Professor 2).

- “As dificuldades são todas, pois não há nenhum apoio, nem para o professor (transporte, diária, alimentação), nem para os alunos (transporte)” (Professor 3).
- “Falta de apoio da universidade para a realização de TCs, dificuldades financeiras e pessoais dos alunos, falta de um ônibus na UNIOESTE-FBE, pouca valorização dos TCs” (Professor 4).
- “Em geral os trabalhos que realizo ocorrem nos arredores da universidade, pois normalmente os conteúdos que ministro⁷ não necessitam de visitas distantes para o seu entendimento” (Professor 5).
- “As dificuldades são inúmeras, desde a indisponibilidade dos professores fazerem trabalhos de campo conjuntamente, as dificuldades financeiras, que infelizmente a universidade não dispõe nem de veículos e recursos para custear tal atividade, e, por fim, como a maioria dos nossos alunos trabalha, de conseguir formar um grupo grande para ratear a viagem” (Professor 6).
- “A primeira dificuldade é o transporte. A segunda é a questão do noturno e a falta de prática e conseqüentemente do significado que tem os trabalhos de campo. A terceira dificuldade é a falta de respaldo político e legal ao professor que se arrisca com esta prática (seguro de vida aos alunos)” (Professor 7).
- “Disponibilidade de tempo, integral por parte dos acadêmicos e facilidade (dificuldade⁸) de locomoção. Por vezes também a falta de interesse de alguns acadêmicos” (Professor 8).

A tônica geral de todas as respostas à questão proposta foi a falta de apoio logístico e legal por parte da instituição em que atuam para que sejam realizados maior número de trabalhos de campo. Neste apoio logístico está contemplada a falta de um veículo apropriado (um ônibus), de propriedade da universidade ou não, e de recursos financeiros, ou seja, verba específica da instituição para tais atividades, por se tratarem não de passeios, mas de atividades de cunho didático e o respaldo político e legal.

Estas dificuldades levam os professores do colegiado a suprimirem tais atividades de campo ou a realizá-las em um número muito pequeno. O que pode ser visualizado nas respostas à complementação da questão anterior, que perguntava o seguinte: Quantos trabalhos de campo você realizou neste ano letivo de 2003?

- “Em 2003 (ano letivo) não fiz trabalho de campo pelas razões expostas”.
- “Este ano (2003) conseguimos organizar um trabalho de campo para o Parque Nacional do Iguaçu e para o Parque das Aves”.
- “Sempre procuro realizar algum TC com as turmas, mesmo que seja dentro do município”.
- “Durante este ano (2003) ocorreram cerca de seis saídas que no meu entender, foram suficientes”.
- “Infelizmente não realizei nenhum trabalho de campo com os alunos, apesar de previsto”.
- “Fiz dois trabalhos de campo em 2003”.

A supressão das atividades práticas pelos professores, devido às dificuldades encontradas para a realização das mesmas, traz inúmeros prejuízos para o curso e para a formação dos profissionais que nos propomos colocar à disposição do mercado de trabalho, uma vez que estes acabam formando-se apenas com base na teoria.

Ao serem questionados os professores sobre o que seria necessário para realizar um número maior de trabalhos de campo, os mesmo responderam da seguinte maneira:

- “Para aumentar o número de TCs seria necessário ser incorporado às ementas ou aos planos de aula das disciplinas que precisam de tal atividade. Os TCs deveriam ser obrigatórios!”.
- “Acredito que quando a universidade conseguir superar os problemas já citados será mais fácil a realização dos trabalhos de campo”.

⁷ O grifo e a inserção são nossos.

⁸ Idem nota anterior.

- “Precisaríamos ter maiores facilidades e uma diminuição dos custos”.

As respostas dadas levam-nos a questionar atitudes da instituição, dos professores e também dos acadêmicos do curso, pois se há a necessidade, por que estas atividades não estão contempladas no Projeto Político Pedagógico do Curso? E por que não se encontram nos Planos de Ensino das Disciplinas? E se são importantes, por que os alunos, por vezes, não podem ou não querem participar delas? E ainda... se são importantes, por que a instituição não coloca a disposição dos professores um veículo (ônibus) para tais atividades ou mesmo uma verba para que se possa alugar um em caso de necessidade?

Vejamos o que dizem alguns dos agentes do processo ensino-aprendizagem em uma tentativa de responder a estas indagações.

5. O que pensam os atores do processo ensino-aprendizagem?

5.1 O que diz o Ministério da Educação?

O Conselho Nacional de Educação – CNE instituiu a Prática como Componente Curricular – PCC como situação obrigatória aos cursos de Licenciatura Plena, estabelecendo um mínimo de 400 horas de atividades práticas.

Na Resolução nº 01/2002-CNE, o Conselho explicita que as atividades práticas devem estar presentes desde o início do Curso, e que no momento inicial ela deve ter ênfase na observação e reflexão sobre o contexto – universidade/escola, acadêmico/futuro professor, acadêmico com professor da escola, acadêmico com classe da escola – devendo o acadêmico registrar estas observações visando formas de agir e de resolver situações/problemas encontradas.

O curso de Licenciatura em Geografia, da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, acata esta idéia em seu Projeto Político Pedagógico, tendo em vista a necessidade destas vivências, principalmente em relação às escolas, assim como experimentar e compartilhar das mesmas com os demais colegas ainda na academia. Neste sentido, nas disciplinas deste curso está prevista a distribuição de carga horária de tal forma que possa ser atendido o que prevê o CNE quanto a PCC. Assim sendo o Colegiado de Geografia optou por realizar as atividades práticas nas disciplinas durante as respectivas horas a elas destinadas.

Dessa forma, totaliza-se para a licenciatura 642 horas para atividade prática como Componente Curricular. Este total contempla as disciplinas de Estágio Supervisionado em Geografia I (102h), Estágio Supervisionado em Geografia II (136h) e Estágio Supervisionado em Geografia III (204h), com um total de 442 horas as quais abordam a prática de ensino de forma diferente da atividade prevista para Prática como Componente Curricular. Conjuntamente a estas 442 h/a estão as 200 h/a de atividades complementares anteriormente mencionadas.

Como atividade complementar entende-se também a participação em eventos locais, regionais ou nacionais, os estágios e a participação em grupos de pesquisa e extensão.

5.2 O que pensam os discentes?

Durante esta pesquisa aplicou-se um questionário aos acadêmicos do Curso de Geografia, o qual contemplou 60 pessoas, sendo 28 do grupo de 4º ano e 32 do grupo de 1º ano, este questionário tinha por objetivo verificar o que pensam os alunos do curso a respeito dos trabalhos de campo, tanto os que estão entrando como os que estão saindo da universidade.

O questionário compunha-se de 10 questões de múltipla escolha e uma dissertativa, questões estas que possibilitaram descobrir o que impede e o que facilita a realização de trabalhos de campo. As respostas obtidas serão analisadas separadamente e ao mesmo tempo conjuntamente, isto é, interpretando o que cada grupo escreveu a respeito e claro com uma preocupação maior na totalidade dos 60 entrevistados.

A primeira questão perguntava o que é um trabalho de campo na área da Geografia? Teve como respostas possíveis: “extensão da sala de aula; momento para ver na prática; passeio/diversão/turismo”.

Interessante destacar que dos 60 entrevistados nenhum respondeu assinalando a terceira alternativa, de modo que os resultados obtidos foram os seguintes: 27 pessoas responderam assinalando a

alternativa A (extensão da sala de aula) e 29 pessoas responderam assinalando a alternativa B (momento para ver na prática), sendo que outras 3 responderam com a marcação de ambas as respostas.

Por meio desta questão pode-se verificar que 100% dos alunos entrevistados reconhecem a importância dos trabalhos de campo, quer comparando-os à sala de aula ou uma extensão dela, quer dizendo que é o momento de verem na prática todos os conteúdos, métodos e técnicas aprendidos nela.

A resposta da questão número 1 reflete-se na resposta a questão número 2 que pergunta se os alunos consideram importantes os trabalhos de campo para a formação dos bacharéis e licenciados em Geografia. A questão levou 98% dos entrevistados a afirmarem que este tipo de atividade é essencial, é importantíssimo para a formação dos profissionais da área da Geografia, quer sejam professores ou bacharéis.

Aqui cabe uma complementação a esta questão. Devido à formação específica de cada um destes profissionais, por vezes se pensa que os bacharéis devem ter uma carga mais pesada de atividades práticas de campo, quando que na realidade ambos devem ter conhecimentos da realidade próxima para poderem usar estes conhecimentos em suas atividades do dia a dia.

Este adendo leva-nos diretamente para as respostas obtidas com a questão 3 que perguntava em que disciplinas você considera importantes que ocorram trabalhos de campo? As repostas poderiam ser: da área Física; da área Humana; da área Técnica ou todas as alternativas anteriores.

Comprovando o fato que, tanto os bacharelados quanto os licenciados precisam dos conhecimentos, técnicas e práticas ofertados por meio dos trabalhos de campo, 91,66% dos entrevistados afirmaram que os mesmos devem ser realizados em todas as áreas de conhecimento dentro do curso de Geografia, em outras palavras, a maioria das pessoas assinalou a resposta “todas as alternativas”. Dos 5 remanescentes, que não marcaram esta resposta, 4 assinalaram a resposta 1, da área Física e apenas um marcou a alternativa 2 da área Humana.

Sendo este tipo de atividade considerada pelos alunos imprescindível para a sua formação profissional e passível de ser desenvolvida em qualquer área de formação dentro da Geografia, ela pode e deve ser realizada nos vários momentos do curso, nos vários anos e nas várias disciplinas que formam sua grade, mas em alguns momentos o aluno fica impedido de participar delas.

A quarta questão perguntava, o que o aluno acha que impede a realização de um número maior de trabalhos de campo e tinha como respostas possíveis as afirmativas: os alunos trabalharem; os alunos morarem em outro município e o fato de ter que pagar para ir ao T.C devido à falta de um veículo da universidade e verba para auxiliar nas despesas. Poderiam ainda ser dadas outras respostas por meio da alternativa outro.

Um conjunto de 76,66% dos entrevistados deu como resposta a esta questão a alternativa C, dizendo que o que o impede de realizar um conjunto maior de trabalhos de campo é o fato de os alunos e professores terem que pagar pelo transporte que será utilizado para levá-los até a área a ser analisada.

Do total do grupo analisado, 13,33% afirmaram que o fato de eles serem trabalhadores impede uma participação mais efetiva nas atividades de campo, enquanto que 10% dizem que, por eles morarem em outros municípios, tem dificuldades de participarem de atividades de campo. Contudo, as questões que não envolvem finanças, seriam superadas se, como disse um dos entrevistados, houvesse uma organização maior e melhor por parte dos professores e alunos.

A questão seguinte inquiria sobre o que é preciso para que sejam realizados mais trabalhos de campo? E as respostas a serem dadas englobavam a aquisição de um (A) ônibus; a destinação de uma (B) verba específica por parte da Reitoria para estas atividades e a (C) obrigatoriedade da participação nas mesmas. Além destas, poderiam ser dadas ainda outras respostas.

Verifica-se muita relação entre as respostas obtidas nesta questão e as da questão anterior, onde se ponderou a alternativa relacionada à falta de dinheiro para a realização das atividades de campo.

A questão número 6 perguntava se o aluno já tinha participado em algum trabalho de campo e em quantos havia participado. As respostas obtidas no grupo de alunos entrevistados mostraram que 46 dos 60 alunos já haviam participado de atividades de campo, sendo obviamente o maior número de respostas positivas no grupo do 4º ano. Logicamente, 14 alunos responderam negativamente à pergunta sendo a maioria deles (12) da turma de 1º ano. Com respeito ao número de trabalhos de campo participados, a média foi de cinco trabalhos, o que pode ser considerado um número pequeno quando se compara aos quatro anos de curso e as cerca de 30 disciplinas ofertadas ao longo dele.

A pergunta que se seguiu (7) inquiria os acadêmicos para saber para onde e em que disciplina o trabalho foi realizado bem como o que mais marcou durante sua realização sendo as respostas diversificadas, abarcando um número maior de citações de disciplinas da área física e que tais atividades proporcionaram maior aproveitamento do conteúdo visto anteriormente em sala de aula.

A pergunta número oito questionou os acadêmicos sobre o pagamento por parte de alunos e professores para que possam realizar trabalhos de campo. Se eles consideravam correto ou não? A grande maioria, isto é, 52 alunos responderam que não consideram correto o pagamento para usufruir de tal atividade prática.

Os alunos que responderam que acham correto o pagamento pela viagem de campo, talvez assim o fizeram em virtude de estarem acostumados a fazer este pagamento.

Neste momento poder-se-ia fazer uma pausa na análise das questões respondidas pelos acadêmicos e fazermos-nos algumas outras como, por exemplo: como fazer atividades de campo avaliadas e contar como hora/aula se os mesmos são pagos e nem todos os alunos podem participar deles? A resposta a esta questão talvez esteja na questão número nove.

A obrigatoriedade e gratuidade deste tipo de atividade qualificaria os mesmos e os acadêmicos que deles participassem. Esta atividade não é de turismo, não a realizamos para lazer e sim para obter conhecimentos, habilidades acadêmicas, profissionais. Desta forma, questionou-se os acadêmicos quanto a possibilidade de inseri-las como atividades complementares, contando assim, a carga horária e sendo possível uma “cobrança” de maior participação nas mesmas.

Das respostas obtidas, 60% afirmaram ser boa ou ótima a idéia de contar as horas de trabalho de campo como horas complementares, já que terão que cumprir cerca de 400 horas ao longo dos quatro anos de curso, além disso, aproveitando a resposta à questão 11,62% disseram concordar com a obrigatoriedade da participação.

Com relação à participação dos alunos neste tipo de atividade, a mesma poderia ser incentivada se os mesmos além de não pagarem para realizá-las, contassem horas de atividade e ainda recebessem um comprovante de participação nas mesmas.

A questão número 10 fazia exatamente este questionamento, sobre a possibilidade de vir a receber um certificado pela participação nos trabalhos de campo. Interessante destacar que quase 100% dos respondentes disseram ser boa ou ótima a idéia de se receber um certificado pela participação.

Tal tipo de resposta se justifica pelo fato de serem os alunos do curso de graduação em Geografia, em sua quase totalidade, trabalhadores, que não dispõem de muito tempo para participarem de eventos e de qualificarem seu currículo.

5.3 O que pensam os docentes?

Em uma reunião do colegiado de Geografia onde estavam reunidos todos os professores do curso foi distribuído um questionário com quatro questões para que os mesmos respondessem e retornassem o mais breve possível.

As respostas obtidas mostram o que pensam os professores do colegiado com respeito a esta importante atividade e se encontram expressadas a seguir.

a) Em que sentido os trabalhos de campo são importantes para as disciplinas que você ministra?

- “São importantes para ver o território, a paisagem, etc. a partir do vivido (empírico) pode refletir sobre os processos sócio-espaciais que condicionam nossa vida cotidiana e a formação territorial. Enfim, o trabalho de campo é fundamental nos problemas de ensino, pesquisa e extensão” (Professor 1).
- “O trabalho de campo, para todos os casos e disciplinas, pode ser visto como um laboratório, na Geografia. São nesta linha de entendimento, indispensáveis para a boa qualificação” (Professor 2).
- “Nas disciplinas ministradas atualmente, principalmente a Biogeografia, o trabalho de campo é fundamental. O fato de a disciplina tratar sobre o meio ambiente, exige do aluno (de 1º ano) várias abstrações e relações que serão melhor trabalhadas em atividades de campo” (Professor 3).

- “Como ministro as disciplinas de planejamento ambiental, considero os trabalhos de campo fundamentais para a análise dos impactos ambientais, bem como para o contato com espaços que necessitam de ações preventivas/corretivas. Os trabalhos de campo permitem, à diversas disciplinas da Geografia, contrastar teoria e prática e conseqüentemente contribui para melhor qualificação profissional dos alunos” (Professor 4).
- “Por ser o viabilizador do entendimento e visualização dos fenômenos ocorridos no espaço terrestre” (Professor 5).
- “Possibilitam aos acadêmicos sair de sala de aula e ver *in loco*, o que é trabalhado nas disciplinas tanto as teorias, como os exemplos práticos. Acaba sendo para o professor um importante instrumento didático no auxílio a difusão do conteúdo” (Professor 6).
- “Em vários sentidos, por exemplo, na cartografia para o aprendizado de mapeamento de pequenas áreas, na atualização de dados de cartas ou mapas. Também para a prática de orientação com mapas, cartas e uso de bússola. Na prática de ensino, porque possibilita o aprendizado do valor do trabalho de campo. Quando o estagiário tem oportunidade de discutir realidades diferentes, ele consegue entender melhor o significado desta prática” (Professor 7).
- “São importantes na medida em que você relaciona aquilo que é trabalhado teoricamente em sala de aula e no trabalho de campo é vivenciado na prática, fazendo com que se elimine a subjetividade” (Professor 8).
- “O trabalho de campo materializa as informações apresentadas em sala de aula, permitindo que o aluno fixe os conhecimentos da disciplina” (Professor 9).

b) Você acha que os trabalhos de campo ajudam a melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem? Como?

- “Sem dúvida, como uma das formas para se estudar, pesquisar, etc. pode-se coletar dados, tabular, analisar, enfim, compreender aspectos do real” (Professor 1).
- “Sem dúvida. Porque viabilizam um amadurecimento significativo a partir do contato dos alunos com as realidades, problemas concretos. Nesse sentido, assume ares de envolvimento emotivo com os problemas concretos, que é uma das grandes carências atuais” (Professor 2).
- “Os trabalhos de campo não só no sentido da aprendizagem dos conteúdos, mas também na melhoria das relações entre a turma, e da turma com o professor” (Professor 3).
- “Sim porque muitas vezes os alunos não conseguem fazer a ligação do que se discute em teoria, com os problemas cotidianos. Assim, os TCs permitem ao aluno, perceber que os grandes problemas da humanidade tem seus reflexos no local, isto é, nos municípios da região” (Professor 4).
- “Com certeza! A visualização dos fenômenos e processos é muito mais clara do que se fosse tratada apenas teoricamente” (Professor 5).
- “Sim, porque ajuda na compreensão do conteúdo, dos fenômenos” (Professor 6).
- “Quando bem organizado. Melhora e contribui muito, principalmente para dar significado aos conceitos necessários para entender a ciência e/ou prática da disciplina trabalhada” (Professor 7).
- “Sem dúvida, primeiro porque melhora o relacionamento do professor com o aluno, segundo que a subjetividade acaba deixando de existir!” (Professor 8).
- “Sim, pois permite ao aluno visualizar diretamente os aspectos conceituais vistos em aula de uma forma um tanto quanto abstrata” (Professor 9).

c) Você acha que a realização de trabalhos de campo ajudariam a melhorar a atuação de nossos alunos no provão do MEC? Por quê?

- “Com certeza, pois é uma das formas para se promover/efetuar a aprendizagem, tanto na Geografia como em outras ciências. Devemos, e muito, melhorar nossa atuação na compreensão do vivido” (Professor 1).
- “É possível que sim. Devido a um possível maior envolvimento com a ciência, e do fato de que a realidade concreta nos provoca o pensamento, nos questiona as verdades estabelecidas, incentivando-nos a uma maior busca (pesquisa/leitura)” (Professor 2).
- “Não tenho certeza se as duas coisas estão diretamente associadas. Irá depender da seriedade e do comprometimento no trabalho de campo. Excursões ou passeios não colaborariam com este processo” (Professor 3).
- “Sim porque os TCs facilitam o aprendizado e instigam a curiosidade dos alunos” (Professor 4).
- “Acredito que não seriam fator decisivo, mas poderiam contribuir na absorção dos conteúdos práticos” (Professor 5).
- “Acredito que sim, pois se ajuda na compreensão da matéria poderá ajudá-lo no provão, mas isso requer um estudo aprofundado, primeiro, porque a Geografia só foi avaliada no ano de 2002 e segundo porque não conseguimos ter clareza quanto ao que é cobrado pelo provão” (Professor 6).
- “Sem dúvida que ajuda tanto na atuação dos alunos, quanto na prática pedagógica do professor, mas em relação ao MEC nem pensei, uma vez penso a qualidade do ensino deve ser a bandeira de luta da universidade, independente da avaliação do MEC, já que não entraremos neste mérito aqui” (Professor 7).
- “É muito relativo. Porque depende do interesse e dedicação dos acadêmicos” (Professor 8).
- “Sim, a prática de campo possibilita adquirir experiência. Tais experiências ficam fixadas na memória do aluno muito mais facilmente do que estudadas e até decoradas. Se o assunto da atividade de campo cair no provão é certo que ele lembrará mais facilmente” (Professor 9).

6. A solução para o(s) problema(s)

6.1 Uma verba específica

Ao refletir-se sobre como se poderia resolver o problema da falta de condições para a realização de trabalhos de campo com os alunos de Geografia, a fim de proporcionar uma maior qualificação profissional aos mesmos, inúmeras idéias foram surgindo e dentre elas pode-se citar a compra de veículos próprios para este fim ou o aluguel dos mesmos, o que demandaria destinar uma verba específica para tais atividades.

6.2 A compra de veículo – uma vantagem

Na UNIOESTE-FBE existem apenas dois pequenos veículos, sendo um Chevette e uma Parati, que são utilizados pela administração do Campus nos seus deslocamentos entre Francisco Beltrão e Cascavel ou para outros destinos, não estando estes veículos disponíveis para outras atividades a não ser as administrativas.

Quando se exige dos professores que estejam sempre atualizados e realizando atividades de pesquisa e extensão e que se tenha produtividade, deve-se dar em contrapartida condições para que os mesmos efetuem as atividades exigidas, caso contrário os mesmos não as conseguirão cumprir.

Quando exigimos dos alunos que os mesmos cumpram 150 ou 200 horas complementares ao longo do curso, obviamente devemos dar condições para que os mesmos cumpram estas horas, desta forma, a qualificação profissional, o cumprimento das normas da universidade e a aquisição de um veículo para o desenvolvimento destas atividades estão intimamente relacionados.

6.2.1 Orçamento para compra de veículo

Existem à venda, no território nacional, vários modelos de ônibus para uso em viagens intermunicipais, sendo estes ofertados por montadoras que são encontradas principalmente nas regiões sudeste e sul. Na região sul do país, destaca-se a atuação das Empresas Marcopolo, COMIL e outras.

Para este trabalho, a título de exemplo, foi feito um orçamento junto à empresa Marcopolo, que possui escritório na cidade de Cascavel (e sede em Curitiba) e é associada da empresa Icavel, que tem sede em Francisco Beltrão.

O interesse deste orçamento era verificar os preços de modelos de veículos que possibilitassem não apenas viagens curtas, mas também viagens longas, com isto, procurou-se o modelo de ônibus mais barato, mais eficiente (econômico) e mais confortável.

Dentre os modelos oferecidos pela Empresa Marcopolo pode-se citar o Viaggio 1050, o Paradiso 1200, o Paradiso 1350, o Paradiso 1550 LD e o Paradiso 1800 DD, todos estes para viagens rodoviárias de longa distância. Além destes, a empresa oferece ônibus que atendem a necessidade de transporte de passageiros em pequenas e médias distâncias a um custo operacional relativamente baixo, podendo-se citar os modelos Allegro e o Andare Class.

Poder-se-ia citar ainda os vários modelos de micros e minis, mas como estes não atendem a necessidade do curso de Geografia (que possui turmas com 40 alunos) e do campus de Francisco Beltrão, não nos ateremos a detalhar suas características. Desta forma, apresentaremos a seguir a consulta feita junto a Empresa Marcopolo para averiguação dos preços dos ônibus, especialmente os do Modelo Andare Class, o qual é apresentado separadamente preço da carroceria e preço do chassi.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2004.

Conforme vossa solicitação, informamos a seguir preço de uma carroceria rodoviária Marcopolo, modelo Andare Class, a ser montada sobre chassi VW-17210, de sua propriedade, com as seguintes características:

- 44 passageiros
- Poltronas reclináveis
- Valor unitário: R\$ 116.000,00 (Cento e dezesseis mil reais) até 26/03/04.
- Prazo de entrega: 60 dias após a entrega do chassi na fábrica.

Atenciosamente,

Wilson Grabarski

Depto Vendas

Sulbrave Ônibus e Peças Ltda

Fone (41) 360.4943 Fax (41) 360.4945

"Wilson Grabarski" <wilson@sulbrave.com.br> 26 Feb 04:32

Francisco Beltrão, 20 de fevereiro de 2004.

Conforme falamos por telefone, passamos abaixo as características do chassi de ônibus motor dianteiro VW:

- Modelo VW 17210 OD Motor MWM 6.10 TCA turbo - aftercooler 206 CV de potência, Caixa de 6 marchas, Pneus 275/80R22,5 radiais sem câmara;
 - PBT 16000 kg;
 - Freio a ar, Freio estacionário e freio motor;
 - Chassi constituído por longarinas retas de perfil C.
- Valor para este mês de fevereiro R\$ 89.000,00 com previsão de alta para próximo mês de aproximadamente 5 %;
- Prazo de Entrega: Hoje não teria disponibilidade imediata, prazo de entrega aproximadamente 30 dias
- A Carroceria conforme já falamos já esta cotando para o projeto junto aos fabricantes, qualquer informação adicional estamos a sua inteira disposição

grato

ICAHEL VEÍCULOS LTDA

Rosângelo Armando Balotin 20 Feb 10:21 (PST)

Sup.de Vendas

Fone/fax 046-5242466

<icavel.vendas@wmail.com.br> Características chassi de ônibus

O resultado final da união do chassi com a carroceria será um ônibus com as configurações internas a serem escolhidas de acordo com os interesses dos compradores e sendo seu valor final (seu preço) de aproximadamente R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).

Um veículo como o apresentado possibilitará aos acadêmicos e professores não apenas da Geografia realizarem suas atividades práticas de campo, além da participação em eventos locais, regionais e nacionais, bem como fazerem visitas técnicas a indústrias próximas.

7. Os ganhos para a sociedade do Sudoeste Paranaense

Em um primeiro momento de análise do valor cotado para o ônibus apresentado anteriormente, tem-se a impressão que é extremamente alto, mas na realidade não é, pois não se pode avaliar apenas o preço do produto, mas também o valor a ele agregado, isto é, os ganhos que se terá com sua utilização e são inúmeros os benefícios que se terá com a aquisição deste veículo, benefícios estes que não apenas os acadêmicos e professores da UNIOESTE-FBE terão, mas também toda a sociedade do estado do Paraná, especialmente a do Sudoeste, que é a área diretamente afetada pela atuação dos profissionais formados neste campus.

A melhor qualificação dos profissionais formados pela universidade está vinculada diretamente a sua participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais e dentre os eventos realizados no âmbito da Geografia nacional, pode-se citar o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), o encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG), além de outros mais específicos ligados às áreas física, humana e técnica, tais como o Simpósio de Geografia Física Aplicada, o Congresso Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), os Congressos Brasileiros de Meteorologia, os encontros Regionais de Professores, os encontros ligados aos estudos do Quaternário ou à Geomorfologia, os encontros de Geografia Agrária e outros.

O estudante ou profissional que não se faz presente a estes eventos fica a margem da comunidade científica e se torna desatualizado.

A sociedade do sudoeste do estado do Paraná ganhará muito se a Universidade Estadual do Oeste – UNIOESTE – investir em infra-estrutura, especialmente no que diz respeito à aquisição de veículos, destinação de verba específica para trabalhos de campo e melhoria nos laboratórios existentes, bem como a inauguração de outros blocos de sala de aula e laboratórios e aquisição de número mais significativo de material bibliográfico.

Dentre as vantagens ou ganhos que a região terá pode-se destacar os seguintes:

- Melhor capacitação dos profissionais que atuarão na região;
- Melhor desenvolvimento social e econômico;
- Maior reconhecimento da UNIOESTE e vinda de infra-estrutura e verbas do Governo Federal para a região;
- Diminuição dos problemas sociais que assolam a região por uma participação mais ativa da universidade na sociedade com projetos de pesquisa e extensão.

Necessário se torna neste momento, mesmo que com poucas palavras falar sobre política de governo, uma vez que a aquisição de tal veículo e as melhorias propostas passam por esta política, ou seja, somente ocorrem se nela estiverem projetadas.

Para esta análise acredita-se que valha a pena expor partes do conteúdo veiculado por meio do jornal informativo do Sindicato Docente da UNIOESTE (ADUNIOESTE), Ano III, de 26 de agosto/2004. De acordo com comentário feito neste jornal informativo, “as dificuldades financeiras enfrentadas pela UNIOESTE têm origem na decisão política do Governo (...) em restringir o financiamento público das universidades estaduais”, deixando a UNIOESTE em uma situação grave.

O sindicato, em seu informativo, prossegue dizendo que tudo indica que não receberemos os R\$ 4.500.000,00 previstos para o custeio e os 980.000,00 para investimentos. Infelizmente está se tornando tradição o Governo Estadual não liberar praticamente nenhum centavo para investimentos.

Quanto aos recursos para o custeio é bom lembrar (diz o informativo) que no ano passado (2003) o Governo Estadual liberou R\$ 5.592.065,16 para o custeio das atividades da UNIOESTE. Sendo assim, mesmo que o Governo libere integralmente os R\$ 4.500.000,00, a UNIOESTE receberá em 2004 menos recursos que recebeu em 2003. Haverá um corte de aproximadamente 20%.

O orçamento 2005 (para ensino e hospital universitário), aprovado pelo COU, prevê a necessidade de R\$ 87.218.008,03 para pagamento de pessoal e encargos sociais, R\$ 16.654.046,00 para o custeio e manutenção (incluindo o PASEP) e R\$ 22.626.000,00 para investimentos para fazer frente à expansão da UNIOESTE com a criação de novos cursos.

Nestes recursos para investimentos estariam enquadrados os recursos para a aquisição do veículo sugerido neste trabalho, mas para tal aquisição acontecer é necessário modificar a política governamental de investimentos na educação o que poderá ocorrer se a comunidade universitária fizer a devida pressão neste sentido.

A lei do dia é a de responsabilidade fiscal, não se pode gastar além daquilo que se ganha e mesmo que se tenha dinheiro em caixa, esta lei facilita passar a responsabilidade do não investimento para hierarquias superiores, é uma forma de aliviar a pressão da comunidade.

Antes de pensar-se o investimento em novos cursos, que tal pensar em investimentos nos existentes? Em dar condições para que os mesmos funcionem? Tenham qualidade e mantenham esta qualidade? A aquisição de veículos para a realização de atividades práticas de campo pelo curso de Geografia proporcionaria esta melhoria e manutenção da qualidade.

8. Considerações Finais

Ao chegar-se à conclusão de um trabalho de pesquisa a primeira preocupação que vem a mente do pesquisador é: consegui atingir os objetivos propostos? Esta, como não poderia deixar de ser, é também a preocupação neste momento.

Tinha-se como objetivo analisar a importância dos trabalhos de campo para a melhoria e manutenção da qualidade do processo ensino-aprendizagem nos cursos de Graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão em particular.

Este objetivo, atingido em sua plenitude, respondeu o quanto tais atividades de campo são importantes para o desempenho dos profissionais formados pelo curso além de por meio dele ter sido possível verificar que o processo ensino-aprendizagem será melhor desencadeado se os professores universitários lançarem mão deste tipo de atividade, pois é comprovado cientificamente que se aprende muito mais com as atividades práticas e muito menos com as atividades teóricas.

Este procedimento de análise sempre foi utilizado pelos estudiosos da área da geografia e que muito se deve a esta técnica o desenvolvimento da ciência e se muito eles foram úteis, por que condená-los, suprimi-los, da prática curricular e didático-pedagógica?

O trabalho mostrou que é extremamente necessário e urgente que se pense e se coloque as atividades práticas de campo como parte da política universitária, inclusive no PPP dos cursos, que muito pouco fala de tais atividades e não deixa claro como as mesmas serão realizadas e quem arcará com os custos.

Percebeu-se que a política universitária existe no sentido de cobrar que atividades deste tipo existam, mas não no sentido de apoiar logisticamente as mesmas.

Com a análise de cada uma das disciplinas da grade curricular dos cursos de Licenciatura e Bacharelado, pode-se identificar a importância dos trabalhos de campo para cada disciplina das áreas física, humana e técnica da Geografia, bem como para a pesquisa e extensão, mostrando que para algumas disciplinas elas não são apenas importantes, mas extremamente necessárias, essenciais, imprescindíveis.

Na parte final do trabalho fez-se algumas proposições para tentar equacionar as dificuldades de realização de trabalhos de campo, uma vez que é muito fácil você criticar e não sugerir solução alguma para os problemas. Como este não era o objetivo, criticar por criticar, sugeriu-se uma série de possibilidades que vem ao encontro da proposta inicial do trabalho, estas vão desde as modificações de

PPPs até a aquisição ou sistema de comodato de um veículo ônibus e destinação de uma verba específica para tais atividades.

A fim de fechar a exposição, desta pesquisa, gostaríamos de mais uma vez colocar as palavras de Junker (1971), que diz que “quem possui alguma informação e pede mais, talvez tenha menos probabilidades de ser rejeitado do que aquele que não possui informação alguma”.

A colocação no mercado de trabalho de um profissional que teve base teórica tenderá a ser relativamente menor do que aquele que teve formação teórica conjuntamente com a formação prática, em virtude de seu melhor embasamento, automaticamente, o desempenho de sua função será melhor realizada se durante sua formação o mesmo aprender a buscar as informações não apenas em livros, mas no campo, na natureza, na sociedade e nele mesmo.

9. Referencias bibliográficas

- CAMPOS, R. R. de. Geografia: o conculinte e a qualidade de ensino. **Cadernos do ICH**, nº. 5, Campinas, São Paulo: PUCCAMP, 1995, p. 30-46.
- COUTO, M.; CALLAI, H.; CASSETE N. A inserção profissional da Geografia na sociedade. In: **Encontro Nacional de Geógrafos: os outros 500 na formação do território brasileiro**, 12, 2000, Florianópolis. Anais ... Florianópolis: AGB, 2000, p. 79-92.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- JUNKER, B. H. **A Importância do Trabalho de Campo: uma introdução às ciências sociais**, 1º edição, Chicago/Rio de Janeiro: Ed. Lidador/Societas, 1971, 214p.
- MACHADO, G. **Importância dos Trabalhos de Campo para os Cursos de graduação em Geografia**. 2003, 67f. Monografia (Especialização em Educação Brasileira), Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, Universidade Federal de Rio Grande do Sul.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 156p.
- UNIOESTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão/Paraná, Colegiado do Curso de Geografia, 1999.
- UNIOESTE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Geografia**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Colegiado do Curso de Geografia, 2003.
- SUERTERGARAY, D. M. A. **A universidade e a formação profissional em Geografia**. In: Congresso Nacional de Geógrafos: Velho Mundo/Novas Fronteiras, Curitiba: AGB, 1994.

Recebido para publicação em 20 de outubro de 2006.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2006.